GÊNERO E CIÊNCIA – PRESENÇA FEMININA NA ACADEMIA: qual o lugar da mulher com deficiência?[1]

Flávia Augusta Santos de Melo Lopes[2]

RESUMO

O presente artigo surge na perspectiva de articular alguns aportes teóricos da disciplina Gênero e Ciência ofertada pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Gênero, Feminismo e Mulher da Universidade Federal da Bahia, com aproximações com objeto de estudo no curso de Doutorado. Para ilustrar alguns dados utilizou-se pesquisa documental realizada no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal de Sergipe, associando-se a discussão aos objetivos propostos pela matéria estudada.

Palavras-chave: Gênero; Ciência; Mulher com deficiência; Universidade;

1 INTRODUÇÃO

A Ciência Moderna é um constructo produzido a partir de contextos singulares que a caracterizam sob a forte influência Europeia. Localizar a Europa e o surgimento da ciência (antiga) implica retomar os fundamentos greco-romanos de se produzir saberes, os filósofos antigos entre eles Aristóteles e Platão atribuam peso a essência dos fenômenos naturais e sua contemplação. As diferenças entre teoria e a prática, as formas de manifestações sobre o domínio da natureza também marcam este tempo.

Nesse sentido os pressupostos fundadores da produção científica na história da Ciência Moderna estavam baseados em argumentos naturalistas, na condição de neutralidade da ciência, com perspectiva masculinista e com linguagem androcêntrica na dimensão universal atribuída ao conhecimento científico, assim como pela crença no caráter progressista da racionalidade científica, o que marca a divisão crucial na produção de saberes relacionadas aos sexos. A mulher era ocupava um lugar abjeto na produção dessa ciência,

[1] Artigo apresentado como requisito de avaliação da disciplina Gênero nas Ciências ministrada pela Profª Drª Ângela Maria Freire de Lima e Souza

[2] Doutoranda discente da disciplina Gênero nas Ciências do Programa de Pós-graduação em Gênero, Feminismo e Mulher-PPGNEIM.

era caracterizada a partir da sua condição de passividade e de impotência seja do ponto de vista biológico, ou não, já que muitos argumentos da época apontavam para a sua incapacidade intelectual, acirrando os dualismos-Mulher: natureza, subjetividade, sentimento e Homem: ciência, objetividade, neutralidade.

A constituição da ciência moderna, de um espaço público de saber científico, de uma experiência racional e crítica, ocorreu em condições sociais e políticas bastante particulares. Rossi, 2001, menciona que ela não nasceu na tranquilidade do *campus,* ou em laboratórios artificiais, já que estes espaços ainda não existiam e quando existiam como no caso das universidades a partir do século XVII, muitas vezes estavam em polos divergentes.

O surgimento das universidades, enquanto instituições formais, está associado à produção dos saberes religiosos vinculados a Igreja, onde senhores costumavam se reunir para debater temas de interesse. O conhecimento era privilégio de poucos e apenas quem podia pagar se associava a outros interessados para contratar um professor sobre algum dos temas das chamadas “essências universais”, A primeira universidade de que se tem notícia é a de Bolonha, Itália, criada em 1150. No fim do século XII a universidade de Bolonha incorporou o primeiro curso de Direito com as disciplinas de retórica, gramática e lógica.

A segunda universidade mais antiga é a Universidade de Paris (Sourbonne), fundada em 1214.Antes disso, as únicas instituições comparáveis às universidades eram os mosteiros que se dedicavam ao estudo da teologia, filosofia, literatura e eventos naturais sob o ponto de vista da religião, mas que, por muito tempo, foram os responsáveis pela preservação da cultura e dos conhecimentos da época.

Além disso, podemos considerar também os estudiosos “livre-pensadores” como os alquimistas e os filósofos, principalmente os gregos, como Aristóteles (384-322 a.C.) que dava aulas públicas no jardim de sua

casa, o Lyceum, e que sozinhos ou em grupos dedicavam a vida à tentativa de entender e modificar o mundo a sua volta.

No Brasil, foi fundada em 1808, a Escola de Cirurgia da Bahia. A primeira dedicada ao ensino superior em terras brasileiras. Mais tarde, vieram as Faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Olinda, em 1927. E, por fim, a primeira universidade de fato (com cursos de diversas áreas), a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920.

Os fatos acima aludidos demonstram que as Universidades surgem para o atendimento das elites e que por vezes representam uma ordem vigente, esta ordem implica a disseminação de comportamentos e ideias que traduzem a exclusão das mulheres no mundo da ciência ou sua invisibilidade.

Conforme Vanin, 2008 tanto o advento da Escolástica como da Ciência Moderna corroboram para a constituição de um mesmo fato histórico: a exclusão das mulheres dos espaços destinados à produção do conhecimento formal, que a partir do século XIII torna-se uma das formas de ascensão ao poder. Para Jacques Le Goff (1995, p. 9) até o advento das universidades, o mundo ocidental tinha conhecido os seguintes meios de acesso ao poder: por nascimento, por riqueza e por sorteio. Assim corroborando com as ideias de Vanin,

> O ensino universitário se tornou especificamente importante a medida em que as burocracias em expansão nos novos estados-nação requisitaram mais funcionários. Quando a nobreza de toga e a da espada se coligou, os aristocratas da Inglaterra e França perceberam que a educação era necessária para preparar os jovens cavalheiros para o exercício do poder do Estado. Na Inglaterra, esta nova conjunção entre o serviço no estado e a educação produziu o que Lawrence Stone denominou de “revolução educativa”. Houve aumento de matriculados, incluindo muitos jovens da nobreza rural e das classes médias. Esta revolução, no entanto, não se estendeu às mulheres. Apesar dos defensores destas apresentarem argumentos com energia e durante muito tempo para que fossem admitidas nas universidades, as mulheres de todas as classes continuaram excluídas da educação universitária8. (SCHIEBINGER, 2004, p. 30)

De acordo com Bandeira, 2008 foram poucas as mulheres que conseguiram se inserir nas discussões filosóficas, históricas, científicas e culturais em grande parte da construção da história da humanidade. Nos

séculos XVII e XVIII podem ser citadas: Madame d ´Epinay; Madame du Châtelet, a veneziana Elena Cornaro Piscopia(1678), primeira mulher a ter uma cadeira na universidade; a física Laura Bassi (1723), segunda mulher na Europa a receber um grau universitário; e Marie Currie, que em 1903 dividiu o prêmio Nobel com seu marido.

No Brasil - final do século XIX a primeira mulher a ingressar na universidade, foi no estado da Bahia no ano de 1887, formando-se pela faculdade de medicina. As mulheres no Brasil só foram autorizadas a frequentarem um curso superior no ano de 1879 quando a elas fora concedido o direito de frequentarem o ensino universitário por Dom Pedro II, então Imperador do Brasil.

2 PRESENÇA FEMININA DA UNIVERSIDADE

Até meados da década de 1960 o espaço acadêmico era ocupado majoritariamente por homens, ou seja, somente 25% das mulheres conseguiam alcançar a Universidade. Isso se dá por inúmeros fatores históricos, entre eles o acesso ao mercado de trabalho, a restrição e áreas do conhecimento, entre outros.

A década de 1970 é um marco na democratização, expansão e aumento de vagas, inicia-se o processo de alteração entre quantidades de matrículas de homens e mulheres; Atualmente as mulheres ocupam a maior parcela de vagas em instituições de Ensino Superior, contudo podemos observar que este fenômeno esbarra na divisão da ciência em áreas do saber destinadas a homens e a mulheres, o que demonstra visão machista e androcêntrica.

2.1 Dados locais: a realidade da Universidade Federal de Sergipe

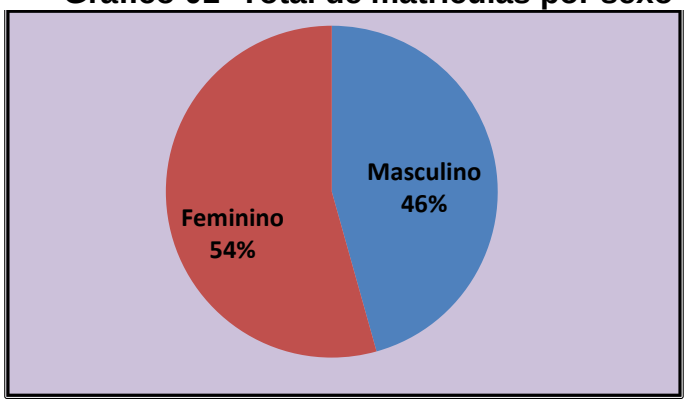
O Ensino Superior no Estado de Sergipe foi iniciado em 1920, vindo a funcionar em 1950 com a criação das Escolas de Ciências Econômicas e de Química, a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia em 1951. Em 1954 criava-se a Escola de Serviço Social e em 1961 a Faculdade de

Ciências Médicas. Com esse número de escolas superiores foi possível pleitear a criação de uma Universidade em Sergipe. Através da Lei n. 1.194 de 11 de julho de 1963, o Governo do Estado de Sergipe, autoriza a transferência dos Estabelecimentos de Ensino Superior existentes no Estado para a Fundação Universidade Federal de Sergipe, ora em organização pelo Governo Federal. Quatro anos depois, foi instituída a Fundação Universidade Federal de Sergipe, em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei n. 269 e instalada em 15 de maio de 1968, com a incorporação de 06 Escolas Superiores ou Faculdades que ministravam 10 cursos administrados por 05 Faculdades e 05 Institutos.

As Unidades Administrativas e Acadêmicas da UFS funcionam, em sua maior parte, na Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos". Integram a Cidade Universitária: a Reitoria, a Prefeitura do Campus, o Setor Esportivo, os Centros Acadêmicos (CCBS, CCET, CCSA, e CECH), a Biblioteca Central - BICEN, o Restaurante Universitário - RESUN, o Centro de Processamento de Dados - CPD, o Arquivo Central, o Centro Editorial e Audiovisual - CEAV, e o Colégio de Aplicação - CODAP. Funcionam fora da Cidade Universitária: o Campus da Saúde, o Campus Avançado do Crasto, o Campus Rural, o Campus Avançado de Xingó, o Centro de Cultura e Arte - CULTART e o Museu do Homem Sergipano, além dos novos Campus localizados nas cidades de Itabaiana e Laranjeiras e Lagarto.

Atualmente a Universidade Federal de Sergipe está inserida no processo de ampliação e expansão proposta pelo governo federal. Até 2008 o número de matrículas estava em torno de 10.000 dez mil alunos, em 2013 estão matriculados mais de 30.000 trinta mil, deste total as matrículas por sexo estão apresentadas no gráfico abaixo.

Gráfico 01- Total de matrículas por sexo



Fonte: SIGAA/UFS-2013.1

O gráfico 01 apresenta dados que não diferem do cenário nacional, ou seja, do número total (31.840) de estudantes matriculados na Universidade Federal de Sergipe no primeiro semestre do ano de dois mil e treze, 54% é de mulheres e 46% homens.

Em estudo realizado por Guedes, 2008 observa-se que houve um avanço considerável da década de 1970 a 2000 no sentido quantitativo da participação das mulheres no ensino superior, contudo as áreas de formação predominantemente estão relacionadas ao magistério ou ao cuidado. As mulheres permanecem nos segmentos menos valorizados pela produção científica e/ou mercado de trabalho.

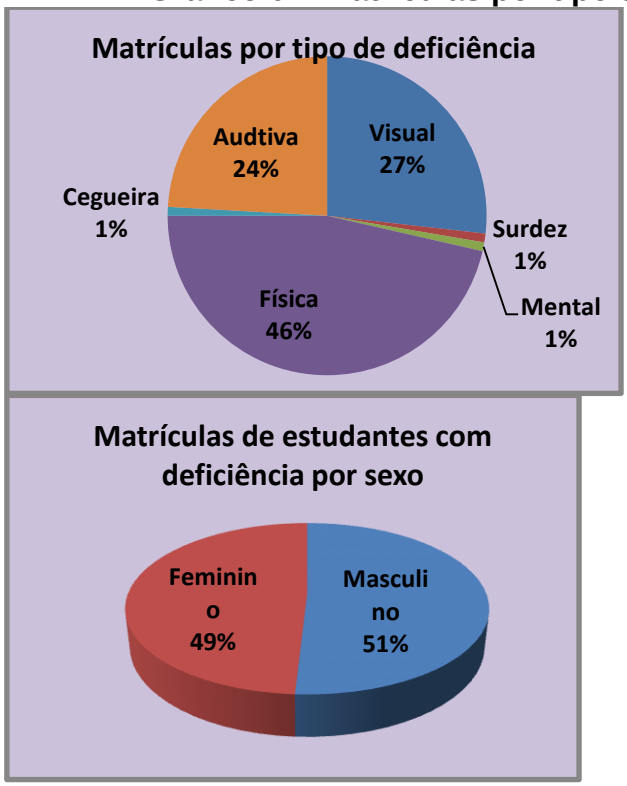
> O contexto social em que ocorre a expansão do ensino superior é marcado pela abertura do regime político ditatorial, pela liberalização sexual e pela quebra de antigos 'tabus'. O movimento feminista começa a ressurgir no Brasil e a entrada das mulheres no mercado de trabalho aparece também nas classes mais altas, nas quais tradicionalmente o papel desempenhado pelo contingente feminino estava ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar. Essas mudanças são de suma importância para o espaço ocupado pelas mulheres no processo de escolarização da população brasileira. (GUEDES, p.121, 2008)

2.2 E a mulher com deficiência?

Alguns estudos apontam que matrículas de pessoas com deficiência nas Universidades datam da década de 1980. Na UFS com a adoção da política de ações afirmativas no ano de 2010, que determina a reserva de uma vaga em

cada curso de graduação, observou-se matrículas de 54 estudantes. Em dois mil e treze este número tem crescido totalizando 112 estudantes. Dado a ser considerado é que no caso dos estudantes com deficiência as mulheres ingressam no espaço acadêmico em menor proporção que os homens.

Gráfico 02- Matrículas por tipo de deficiência e por sexo

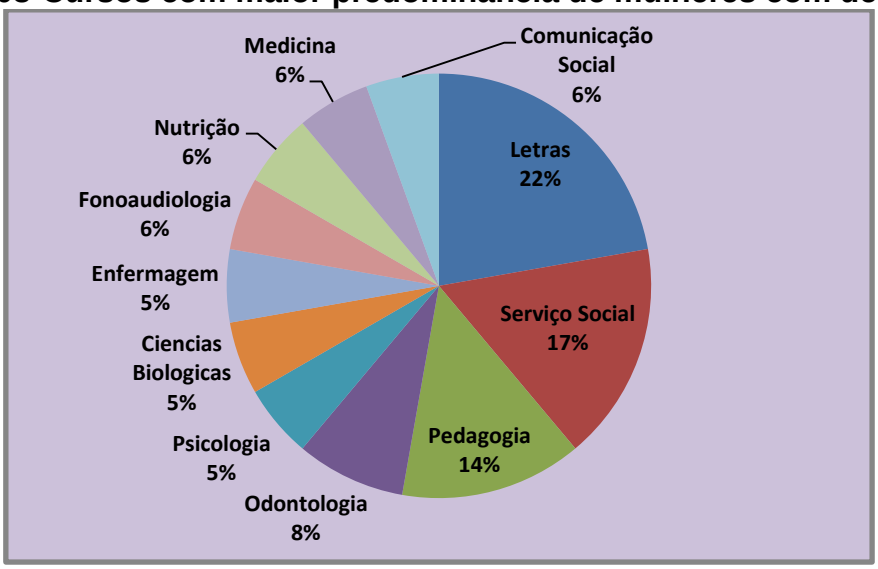


Fonte: SIGAA/UFS-2013.1

Os gráficos acima demonstram que quanto ao número de matrículas de mulheres observa-se 49% e 51% homens. Estes dados refletem movimento contrário os números mais gerais de acesso ao ensino superior por parte de mulheres. Nesse caso, supõe-se que as informações indicam para um duplo processo de exclusão social que atinge as mulheres com deficiência. Além da dimensão do cuidado e superproteção no âmbito familiar, o que por vezes coincide com abordagens apresentadas historicamente sobre o tratamento da deficiência.

Quanto ao tipo de deficiência, encontram-se matriculados 46% em deficiência física, 27% visual e 24% auditiva. No cruzamento com a variável sexo a deficiência auditiva é a única em que possuem matrículas de mulheres maior que de homens.

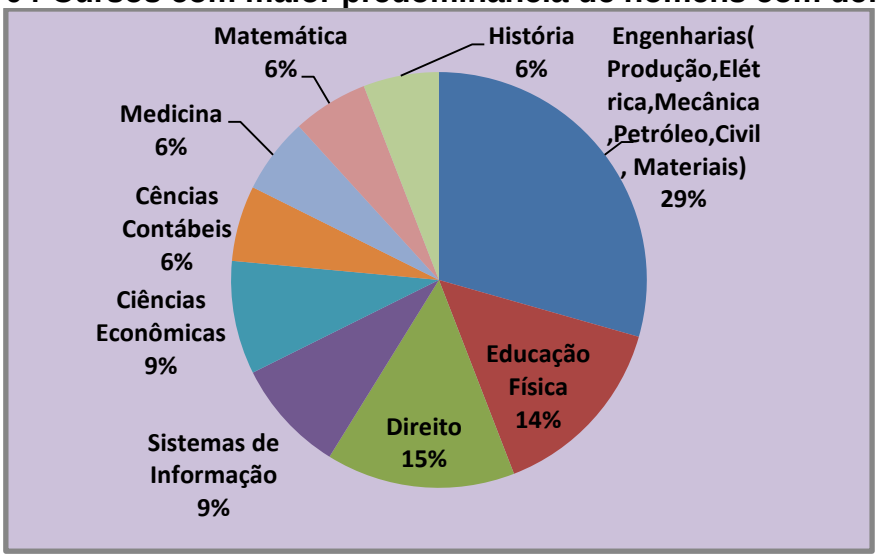
Gráfico 03-Cursos com maior predominância de mulheres com deficiência



Fonte: SIGAA/UFS-2013.1

O gráfico 03 demonstra a predominância das matrículas de mulheres com deficiência por curso. Os cursos relacionados ao magistério e ao cuidado são aqueles que apresentam maior percentual 22% em Letras, 17% Serviço Social e 14% Pedagogia, somados totalizam 53%. Estes dados refletem questões paradoxais, de um lado o ingresso ao ensino superior representa um avanço no sentido de romper lógicas excludentes do processo educacional traduzindo-se também em ascensão social e possibilidade de ocupar melhores postos de trabalho, por outro trabalho as mulheres (com ou sem deficiência) ainda não conseguiram romper as barreiras do acesso aos cursos com predominância masculina (ou áreas duras da ciência)

Gráfico 04-Cursos com maior predominância de homens com deficiência



Fonte: SIGAA/UFS-2013.

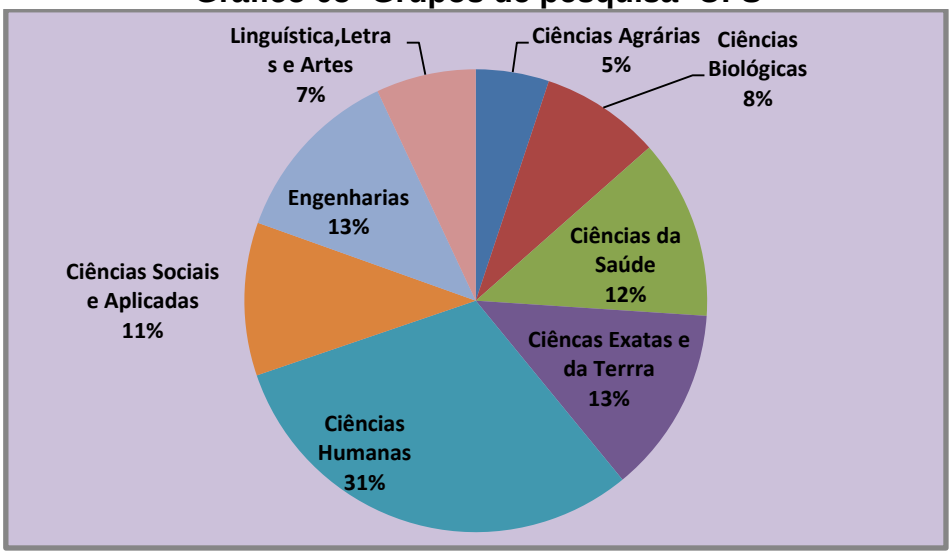
O gráfico 04 ilustra as informações relativas ao acesso dos estudantes homens com deficiência aos cursos superiores. Os dados não diferem muito dos mais gerais - nacionalmente ou em relação aos estudantes sem deficiência- a maioria (29%) está matriculada em cursos das engenharias, de produção, elétrica, mecânica, petróleo, civil ou de materiais. 15% no curso de Direito e 14% no curso de educação Física. Vale salientar que no que toca a construção da ciência, observamos ainda os dualismos homem-objetividade x mulher- subjetividade o que implica o estabelecimento e manutenção das relações de poder nos processos formativo-acadêmicos.

2.3 Grupos de pesquisa e práticas institucionais que discutem gênero

Com base em levantamento realizado no site institucional e do Conselho Nacional de Pesquisa - Cnpq, encontramos alguns grupos e práticas da Universidade Federal de Sergipe voltadas para a discussão de gênero enquanto categoria necessária e urgente para redimensionamento de paradigmas que são dominantes.

Encontramos cinco grupos de pesquisa, que são: o grupo de pesquisa Educação, formação, processo de trabalho e relações de gênero – UFS é liderado pela Profª Drª Maria Helena Santana Cruz e está na área da Educação; Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais-GESEC – UFS liderado pela Profª Drª. Claudiene Santos da área da Psicologia; Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades - GEPSEX – UFS liderado pelo Prof.Dr. Josadac Bezerra dos Santos da área de Sociologia; Grupo de Estudos e Pesquisas Identidades e Alteridades: Desigualdades e Diferenças na Educação (GEPIADDE) – UFS liderado pela Profª Drª.Maria Batista Lima da área de Educação e o grupo de Trabalho, Questão social e Gênero – UFS liderado pela Profª Drª. Josiane Soares Santos da área de Serviço Social.

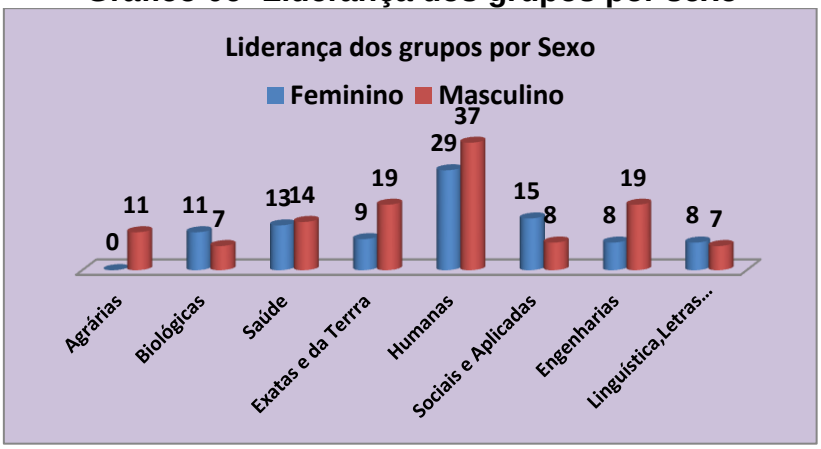
Gráfico 05- Grupos de pesquisa -UFS



Fonte: SIGAA/UFS-2013.1

O gráfico 05 apresenta a distribuição do total de grupos de pesquisa por área, 31% estão localizados nas Ciências Humanas, 13% Ciências Extas e da Terra, 13% das Engenharias, 12% nas Ciências da Saúde, 11% nas Ciências Sociais e Aplicadas, 8% Ciências Biológicas;

Gráfico 06- Liderança dos grupos por sexo



Fonte: SIGAA/UFS-2013.1

Quanto às lideranças de grupo por sexo, observamos que as Ciências Humanas, apesar de ser considerada uma área que estaria mais associada a mulher, os números mostram que as lideranças dos grupos são ocupadas por homens e esse dado reflete a forma de se produzir saberes. A grande parte das lideranças dos grupos são homens, nas Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Saúde, Agrárias. As mulheres ocupam lideranças nas áreas Sociais e Aplicadas, Biológicas e Linguística.

Algumas práticas que discutem gênero também se expressam através de palestras, simpósios, a exemplo Simpósio Sergipano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares sobre a Mulher. Alguns cursos são ministrados pela extensão ou na modalidade à distância o Curso de Extensão Gênero e Diversidade na escola e Curso de Especialização- Gestão de Políticas Públicas com foco em gênero.

No campo do currículo encontramos algumas atividades realizadas nas disciplinas de Antropologia, Sociologia e na nova matriz curricular (2003) do Curso de Serviço Social que foi reformulado pela terceira vez em dois mil e doze com a aprovação matriz curricular insere a disciplina Relações de Gênero e Serviço Social como optativa. A proposta foi elaborada tendo como base as novas diretrizes curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e

Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, entendendo o dever de incorporar novas demandas da sociedade bem como respeitando o caráter de flexibilidade corroborando com as perspectivas pós-modernas apresentadas em Doll, 1997.

3 DIFERENÇA X DEFICIÊNCIA

Alguns teóricos informam que as identidades e papéis são construídos através de reprodução de práticas. Assim, a prática se configura como campo produtivo de poder, então a prática é também um meio de enfrentar as práticas opressivas de poder.

O conceito de diferença se refere à variedade de maneira como discursos específicos da diferença são constituídos, contestadas, reproduzidas e ressignificadas. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos todos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agencia política.

No tocante às categorias mulher e deficiência, é válido situar as construções de papéis socialmente estabelecidos e comumente marginalizados. Por vezes, as diferenças impressas em sujeitos com deficiência são categorizadas e constituídas de juízos de valores norteados pela incapacidade, ineficiência, fragilidade, não adaptação aos padrões, entre outros.

Segundo Mello e Nuernberg, o fenômeno da deficiência deve ser entendido como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação a corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos

funcionais/corporais. Nesse sentido, deficiência consiste no produto da relação entre um corpo com determinados impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social.

Numa abordagem que leve em consideração a constituição social da experiência da deficiência a partir de uma perspectiva feminista do campo estudos sobre deficiência, o foco tem sido dado para as questões da construção do corpo, do gênero e da dependência para compreender como essas categorias se articulam com a experiência da deficiência, de forma que se possa demonstrar a pertinência de novos estudos envolvendo a recorte da deficiência nas Ciências Humanas e Sociais.

Atualmente os estudos sobre a categoria deficiência estão pautados pelo modelo social da deficiência, em oposição ao paradigma biomédico, não se foca nas limitações funcionais oriundas de deficiência nem propõe a ideia tão comumente aceita da necessidade de reparação/reabilitação do corpo deficiente, mas sim a concebe como o resultado das interações pessoais, ambientais e sociais da pessoa com seu entorno. Nesse sentido, as experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não estão na lesão corporal, mas na estrutura social incapaz de incapaz de responder à diversidade, à variação corporal humana.

Os significados construídos em torno de gênero e deficiências devem ser compreendidas como a relação entre o corpo com impedimento e o poder, sendo frutos de disputas e/ou consensos entre os diversos saberes, e não algo dado, estático e natural.

Para situar na história a constituição da primeira geração estudos sobre deficiência, é importante ressaltar que segundo Diniz, os estudos foram elaborados majoritariamente por homens com lesão medular, apontadas pelas teorias feministas como membros da elite dos deficientes e, portanto, reprodutores dos discursos dominantes de gênero e classe na sociedade.

Foi o feminismo quem levantou a bandeira da subjetividade na experiência do corpo lesado, o significado da transcendência do corpo para a experiência da dor, forçando uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significa viver em um corpo doente ou lesado. A dependência do outro é parte da condição humana e, no caso de muitas pessoas com deficiência, a garantia do cuidado é um direito fundamental para a manutenção da vida e a conquista da dignidade humana. Isso nos obriga, assim, a pensar o cuidado como uma responsabilidade do Estado e da sociedade, desnaturalizando essa atividade como naturalmente feminina.

São inúmeras as contribuições que os estudos feministas registram na história da sociedade. É fato também que a interface com a deficiência é algo em construção e que apresentam poucas investigações na área, já que alguns defendem estarem os Estudos sobre deficiência percorrendo os mesmos caminhos que os Estudos Feministas e de Gênero, como se estivessem inventando a roda da crítica aos binarismos e reducionismos na reflexão em torno da relação do corpo com os preconceitos sociais e da imposição social de formas hegemônicas e hierárquicas de existência e subjetivação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciar o debate sobre a relação que se estabelece entre as categorias gênero e deficiência no âmbito teórico é antes de qualquer coisa um exercício de práxis, já que, a interconexão com a realidade é algo necessário e urgente para elaboração de novas formas de sociabilidade que se pretendam aniquilar processos de exploração e desigualdades.

Vale destacar que associar a perspectiva de gênero, ao recorte da deficiência e acesso educacional é um desafio que se constitui na ordem do dia, já que, alguns estudiosos apontam que "o campo de estudos feministas e de gênero tem avançado à medida que se articula com outras categorias de análise, tais como geração, classe, raça/etnia, orientação sexual, região e

religião. Uma questão, contudo, permanece à revelia do esforço de interseção dessas categorias, a saber, a deficiência". Para tanto, analisar algumas das possibilidades de fenômenos sociais e culturais nas quais se considera oportuno o diálogo entre os estudos feministas e de gênero com o campo de estudos sobre deficiência intenta a necessidade de proporcionar maior visibilidade para o debate dessa questão, avaliando seu potencial analítico e político em vista da sua contribuição para as políticas públicas.

No Brasil, grande parte das políticas sociais para a promoção das igualdades menciona as categorias acima referidas, sem incluir a deficiência nos debates e nos cruzamentos com todas essas categorias que convivem com a experiência da opressão e da discriminação.

Vale ressaltar que o trânsito sobre a interseccionalidade de categorias de análise ocorre a partir da necessidade de aprofundamento e atualizações sobre os impactos das expressões da questão social- principalmente no que concerne as relações de gênero na sociedade capitalista contemporânea e a reprodução de comportamentos cristalizados sobre determinados padrões socialmente estabelecidos- quando nos colocamos frente as diferenças e desigualdade existentes no mundo contemporâneo.

Partindo dos objetivos propostos na disciplina Gênero nas Ciências, especificamente no sentido da contribuição para o aprofundamento da formação de profissionais capazes de analisar questões relativas ao gênero e de intervir no processo de construção do pensamento científico que integre esta perspectiva, observamos ao concluir o presente trabalho que a ciência , assim como as construções de gênero, são produto de relações históricas, contextuais e culturais; a presença de mulheres no centro da produção de saberes reflete processos que se alteram de acordo com as "mudanças de mentalidades"; no que toca a mulher com deficiência, nas discussões sobre gênero e ciência há que se observar fatores que sinalizam para processos da dupla exclusão social, sustentados pelo paradigma do modelo médico da

deficiência partindo do princípio que o fenômeno da deficiência é um processo que se encerra no corpo.

Nesse sentido e a partir da interseccionalidade entre as categorias gênero e deficiência, observam-se similaridades históricas que partem do princípio da diferenciação biológica (corpo) entre homens e mulheres;

Assim, num contexto mais amplo, a educação (através das instituições formais e informais, do currículo, das práticas, etc.) como instrumento de transformação da sociedade deve ser considerada fundamental para formação de novos processos de sociabilidade humana, incluindo-se ai a extirpação de todas as desigualdades.

Estes apontamentos são estímulos para fundamentar o recorte do objeto de pesquisa ao qual me proponho investigar, no caso, específico o acesso à educação superior pública por parte de mulheres com deficiência. O desafio não é pequeno, mas está posto e acredito no alcance e possibilidades que o estudo possa oferecer.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Dinâmicas de gênero nas práticas escolares.** In: HICKMANN, Roseli Inês (org.). Estudos sociais: outros saberes e outros sabores Porto Alegre: Mediação, 2002.

AUAD, Daniela. **Formação de professoras, relações de gênero e sexualidade:** um caminho para construção da igualdade. In: II Caderno de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Brasília, 1998.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008

BRASIL. SPM. Secretaria Especial de Políticas para mulheres. **Gênero e Diversidade na Escola:** formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento Feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Niterói. Revista Gênero. v.5, n.2 p.9-35. 1º Sem 2005.

DOOL Jr, William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna.** Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

MELLO, Anahi Guedes de e NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência**: interseções e perspectivas. Florianópolis. Revista Estudos Feministas. 2012. P.635-655.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. – São Paulo: Atlas, 2006.

VANIN, Iole Macedo. **As damas de branco na biomedicina da Bahia (1879-1949):** médicas, farmacêuticas e odontólogas. 2008. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador.